

Jovens serão submetidos a júri simulado

Brasília — Josemar Gonçalves — 20/4/97

■ ONGs promovem campanha contra assassinos de índio

JAILTON DE CARVALHO

BRASÍLIA — Organizações não-governamentais (ONGs) promoverão dia 28, no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília, um júri popular para simular o julgamento de quatro dos cinco rapazes que, na noite de 20 de abril, mataram o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado quando dormia num ponto de ônibus.

O ato marcará o início de uma campanha que as ONGs reunidas no Comitê Galdino pretendem lançar em todo o país contra a impunidade. Para os dirigentes das ONGs, a decisão da juíza Sandra de Santis Mello, de reclassificar o assassinato do índio como "lesão corporal seguida de morte", é forte indício de que mais um crime contra os índios ficará sem punição.

Direito — "Vamos realizar o júri popular simulado porque a juíza, com sua decisão, tirou da sociedade o direito de julgar os assassinos de Galdino", disse Saulo Feitosa, secretário-executivo do Conselho Missionário Indigenista, entidade ligada à Igreja Católica. Ao transformar a denúncia de homicídio triplamente qualificado em lesão corporal seguida de morte, a juíza Sandra de Santis Mello impediu o julgamento dos acusados pelo júri popular.

Participação do julgamento simulado, entre outros, o jurista Dalmô Dallari, o deputado Hélio Bicudo (PT-SP) e a jornalista Valéria Velasco, que teve um filho espancado até a morte por uma gangue de Brasília em 1993. "Será um tribunal de opinião, para chamar a atenção da sociedade sobre a impunidade", disse Saulo.

O Comitê Galdino pretende denunciar, além do assassinato do índio pataxó, uma série de crimes que ficaram impunes: os massacres de 16 ianomâmis (1993, Roraima) e 14 ticunas (1988, Amazonas) e as mortes do guarani Marçal de Sousa Tupay (1983, Mato Grosso do Sul), do xucuru-cariri Luzanel Ricardo (1994, Alagoas) e dos aticum Abdon e Abdias Leonardo da Silva. "Isso mostra que a Justiça só existe contra os pobres", disse Saulo.

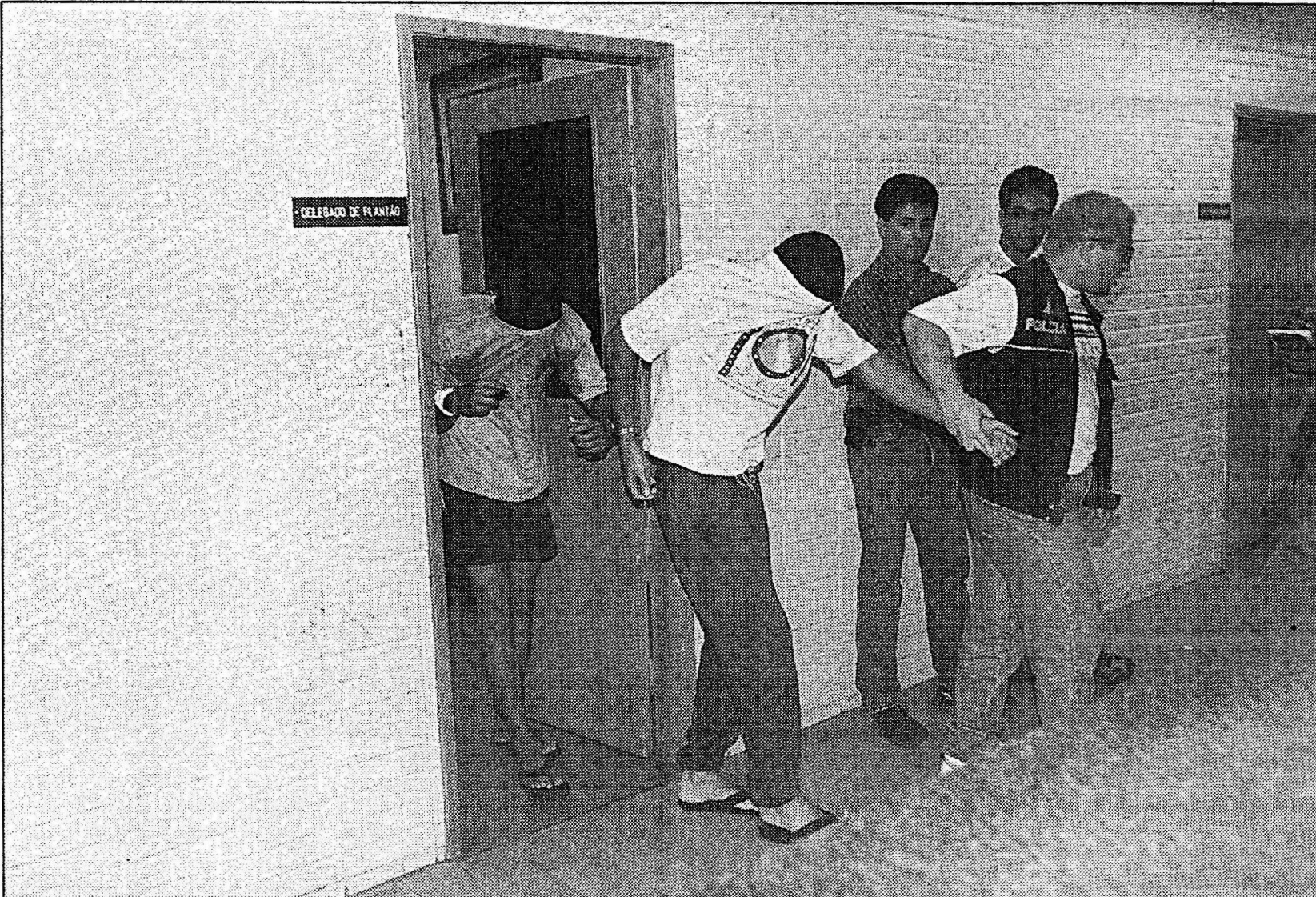
Integram o Comitê Galdino, além do Cimi, o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capióbe) e as comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e de Assuntos Sociais do Senado, entre outras organizações.

Na segunda-feira, a promotora Maria José Miranda ingressa no Tribunal do Júri com recurso contra a decisão da juíza Sandra De Santis Mello. Maria José não inovará na argumentação, mas tem um trunfo, guardado a sete chaves, que pode provocar uma reviravolta na situação.

Confiante em sua estratégia, a promotora desistiu de entrar com embargo declaratório contra o despacho da juíza, que não menciona o crime de corrupção de menor, que pesa contra os quatro rapazes na denúncia formulada pelo Ministério Público pelo fato de G., de 17 anos, também ter participado do assassinato de Galdino.

Pesquisa — A Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), órgão de assessoria do governo do Distrito Federal, divulgou ontem pesquisa revelando que a maioria das pessoas da classe média e classe média alta desaprovava a decisão da juíza Sandra De Santis Mello e não crê na punição dos assassinos de Galdino.

Na pesquisa, feita por telefone na quinta-feira, 471 pessoas foram entrevistadas. Desse universo, 63,1% disseram que conheciam a decisão da juíza e foram solicitados a responder as demais perguntas. Neste segundo grupo, 79,2% condenaram a desclassificação do assassinato de Galdino e apenas 17,1% apoiaram a decisão da juíza. Para 24,7% dos entrevistados, o caso é mais uma "falha" da Justiça e para 13,2% a juíza agiu por "emoção". A Codeplan costuma fazer pesquisas para orientar o posicionamento do governador Cristóvam Buarque em questões políticas.



Nos primeiros dias de prisão, os quatro rapazes se escondiam, deprimidos, e foram apelidados, pelos detentos mais velhos, de 'filhinhos de papai'